

**FAZER A HISTÓRIA DA PESQUISA URBANA:
A EXPERIÊNCIA FRANCESA DESDE 1965 ***

Christian Topalov **

Tradução de Regina Sílvia Pacheco

Não é fácil fazer a história das idéias, é ainda menos fácil escrever a história de sua própria geração. E no entanto, iniciou-se, há alguns anos, o balanço da pesquisa urbana de inspiração marxista, radical, ou crítica, que marcou fortemente os anos 70 (Ganne, 1980; Lebas, 1982; Albertsen, 1985; Amiot, 1986). Geralmente, quando chega a hora dos balanços, é sinal de que uma época termina. E de fato, o período triunfante de uma pesquisa urbana marxista está terminado. Neste e em vários outros campos, pode-se sem dúvida falar de uma crise, no sentido do esfacelamento do pensamento e da ação até então vigentes, sem que surja ainda uma nova ordem das coisas, legível pelos contemporâneos.

A análise que segue é baseada em uma experiência particular, a da França, e talvez mais amplamente a dos países industrializados comparáveis. O balanço que este Seminário vai tirar dos desenvolvimentos latino-americanos (***) mostrará, sem dúvida, importantes diferenças e defasagens. No entanto, a intensidade da circulação das idéias no nosso campo, sem falar de determinantes mais estruturais, me faz supor que as coisas não devem ser tão radicalmente diferentes cá e lá.

Empreguei o termo crise. Esta me parece manifesta em três níveis: o objeto da pesquisa urbana se dissipa, suas instituições se esfacelam, seus conceitos se esgotam.

Os objetos de pesquisa tais como estavam definidos até aqui parecem, de fato, já pertencer ao passado. O crescimento das metrópoles e das antigas regiões industriais, que se acreditava ilimitado, deu lugar à recessão. O projeto planificador, tal como vinha sendo elaborado desde o começo do século, ao mesmo tempo que se desenvolviam os *Welfare States*, ruíu. Os movimentos sociais que se acostumou definir como "urbanos" se atenuaram. E assim, os objetos de pesquisa que há dez anos se apresentavam como evidências se descompuseram sob nossos olhos.

Por outro lado, desde a metade dos anos 70, os financiamentos do planejamento e da pesquisa urbana se esgotaram, as instituições especializadas se enfraqueceram ou desapareceram. A ideologia do *laissez-faire* e da desregulação se tornou a doutrina oficial de vários governos. Ao mesmo tempo, os circuitos profissionais antes em plena expansão deixam de se renovar e se interrogam sobre sua identidade social.

(*) Texto apresentado ao Seminário "La investigación urbana en América Latina: caminos recorridos y por recorrer, Centro de Investigaciones CIUDAD, Quito, Equador, setembro, 1987.

(**) sociólogo, Centre de Sociologie Urbaine, CNRS, Paris.

(***) N.T.: O autor se refere ao seminário citado acima.

Enfim, os modelos teóricos elaborados no período precedente estão profundamente abalados. Instrumentos intelectuais que por longo tempo tinham sido produtivos parecem perder os meios de agir sobre a realidade. Com efeito, no nosso campo como em muitos outros, a atmosfera mudou. Por razões variadas, constata-se que todos os instrumentos de interpretação global da sociedade são hoje questionados. Por mais uma vez, decretou-se que todo pensamento se declarando de Marx está ultrapassado (Castells, 1983). Mas não se trata apenas dos marxismos. O que é objeto de uma ofensiva geral, são todas as formas do pensamento crítico. Entendo por aí as posturas intelectuais que procuram estruturas escondidas por detrás das evidências práticas do senso comum, e que, interrogando sobre as condições de possibilidade do conhecimento e da ação, colocam em questão a ordem "natural" da sociedade. Com o retorno vigoroso de todos os positivismos, em revanche, querem nos fazer crer que é melhor descrever as pequenas coisas do que explicar as grandes.

Uma crise como esta não é confortável. Para tentar compreender o que se passou e o que se passa, não há outra via a não ser a de fazer a história e ir até o fim do procedimento crítico, aplicando-o a nós mesmos. Temos que ganhar em lucidez sobre as condições sociais de nossa atividade de pesquisa. Este procedimento corre o risco de conduzir a uma conclusão desagradável para os sujeitos que somos: o que nós acreditamos ter feito, foi uma conjuntura histórica que o produziu, fazendo de nós o que éramos.

No fundo, eu os convido a um exercício de método a propósito da experiência francesa. Talvez constatem que não somos tão estrangeiros como podemos crer, e que as explicações domésticas que uns e outros construímos sobre nossa situação são simplesmente muito estreitas para dar conta do que é comum em nossas experiências.

1. Gênese de uma "escola francesa de sociologia urbana" (1968 - 1975)

1.1- Um chamado à mobilização: a conjuntura dos anos 60

A França dos anos 60 é marcada pelo impulso de uma gestão tecnocrática do desenvolvimento urbano. Pela primeira vez neste século, o governo central controla diretamente o planejamento urbano, até então nas mãos das autoridades locais. Esta evolução é um dos efeitos do regime político implantado a partir de 1958 com o retorno de de Gaulle ao poder, regime caracterizado por um enfraquecimento das instituições eleivas em todos os níveis do aparelho do Estado. Todavia, tal conjuntura apenas acelera a aplicação de um antigo ideal reformador, qual seja o de uma modernização social realizada através de um planejamento racional que seria liberado do peso da política. Este era o projeto fundamental dos urbanistas do começo do século, na França e em outros países, e o era também dos tecnocratas gaullistas dos anos 60. Em nome do plano e de uma ciência do ordenamento do espaço, eles travam um combate contra os políticos locais, notáveis tradicionais saídos das burguesias locais e dirigentes municipais saídos do movimento operário. No fundo, a França experimenta nesta época um processo de centralização administrativa das políticas urbanas semelhante ao da Grã-Bretanha dos anos 20 ou ao dos Estados Unidos dos anos 30. Este novo quadro político e administrativo é implantado em um período em que o crescimento capitalista parece definitivamente estabilizado. A indústria está em plena expansão e se des-centraliza, o setor imobiliário experimenta um *boom* sem precedente há um século, os pólos dominantes do capital financeiro se implantam na produção do ambiente construído, e as po-

líticas públicas acompanham e favorecem ativamente esta evolução.

É dentro desta conjuntura que o Estado solicita as ciências sociais. Dentro dos aparelhos administrativos do planejamento, uma parte dos altos funcionários se apercebe que ignora todas as condições e consequências sociais de sua ação. Ora, o projeto modernizador é global, ele não se satisfaz com uma visão puramente técnica da mudança. Eles lançam então programas de pesquisa e solicitam a cooperação da universidade. Suas primeiras tentativas remontam ao começo dos anos 60, tendo se concretizado um financiamento em larga escala apenas em 1967-68.

Mas o mundo acadêmico resiste às sirenes tecnocráticas. É o resultado de uma longa tradição. Na França, a universidade se construiu no isolamento face à sociedade, e mantém uma profunda desconfiança não apenas do mundo dos negócios, mas também das administrações do Estado. Desde a consolidação da República no fim do século XIX, os professores universitários se consideram como os guardiões da ciência e do humanismo, investidos da dupla missão de educar o cidadão e de protegê-lo dos poderes estabelecidos. Dessa ideologia decorre, por um lado, a oposição entre "pesquisa fundamental" e "pesquisa aplicada", ficando esta última abandonada às instituições menores e ao setor privado. Tal universidade, marcada pela tradição do humanismo republicano, vai constituir por algum tempo uma das forças de resistência passiva ao Estado gaullista, dentre as quais estão também os notáveis que controlam as autoridades locais e o senado. Por outro lado, a universidade francesa de antes de 1968 é organizada de um modo quase-feudal: o poder indivisível dos professores titulares de cadeira se assenta em um sistema de clientelas que necessita do respeito às fronteiras entre disciplinas tradicionais e da rejeição de qualquer princípio de legitimidade exterior à hierarquia acadêmica.

Apesar disso, alguns inovadores aceitam colaborar com as administrações planejadoras e se tornam, na França, os pioneiros da pesquisa urbana. No conjunto, eles desposam sem hesitação a problemática tecnocrática. Eles adotam como objetivo o de aclarar as decisões políticas e administrativas, sem dúvida acreditando que os que decidem agirão melhor se bem informados. Um colóquio organizado pelo CNRS (*) em 1971 sobre "a análise interdisciplinar do crescimento urbano" exprime muito bem este estado de espírito (Ledrut, 1972).

As ciências sociais francesas redescobrem assim a função de *expert*, este moderno conselheiro do príncipe que fornece as respostas enfim científicas às questões formuladas pelos planejadores. É portanto com mais de meio século de atraso que parte do meio universitário tenta adotar uma orientação que caracteriza há longo tempo as universidades norte-americanas. Notemos, entretanto, uma grande diferença entre os dois países no que concerne as relações entre universidade e sociedade. Na França, tais relações se constroem exclusivamente em um face a face entre um punhado de altos funcionários e uma minoria da hierarquia acadêmica tradicional. Nos Estados Unidos, pelo contrário, as sociologias especializadas que aparecem desde os anos 20 resultam de relações multiformes entre instituições universitárias extremamente moldáveis e diversos grupos da sociedade civil, em primeiro lugar a classe patronal, mais também o mundo do trabalho social e o das profissões. Notadamente em matéria de sociologia urbana, a escola de Chicago nasce e se desenvolve em estreita relação com os meios reformadores locais cuja influência sobreviveu a todas as flutuações políticas. Uma das causas sociais da fragilidade das sociologias especializadas

(*) N.T.: CNRS, Centre National de la Recherche Scientifique.

na França se deve sem dúvida ao fato que os diferentes campos de pesquisa continuam pouco institucionalizados e profissionalizados, tornando sua existência dependente das variações da demanda administrativa. Esta característica da pesquisa se deve em particular à não constituição da atividade de planejador urbano no curso da história. Tal atividade não se assenta em um sistema antigo e sólido de formação universitária, nem em uma organização profissional autônoma - malgrado a existência da Sociedade Francesa dos Urbanistas - uma vez que os postos-chave continuam sendo controlados pelos engenheiros pertencentes ao quadro de *Ponts et Chaussées* (*).

Não se deve estranhar o fato que, para os professores universitários que respondem às demandas dos planejadores na metade dos anos 60, a inspiração teórica venha principalmente dos Estados Unidos. Suas pesquisas, que são então inovadoras, podem ser classificadas em um pequeno número de correntes onde cada uma se constitui em resposta a uma questão formulada pela encomenda estatal. Não é inútil traçar um breve inventário dessas correntes, posto que assistimos hoje à reaparição de parte delas sob novas formas.

A primeira questão é dirigida aos economistas. Há um processo de urbanização acelerada do qual não se controla nem os ritmos, nem a direção. Para planejá-lo, é necessário prevêê-lo, e para tanto modelizá-lo. Programas dispendiosos de pesquisa são então lançados, para fabricar modelos econométricos do crescimento urbano, importando-se diretamente dos Estados Unidos conceitos, métodos e programas de informática. Elaboram-se modelos do mercado fundiário diretamente traduzidos de Alonso (Mayer, 1965), modelos do mercado imobiliário baseados na teoria do *Filtering up*, modelos globais do desenvolvimento urbano (Merlin, 1968). Durante alguns anos, East Lansing, Michigan, não tem mais segredos para os tecnocratas franceses. Como a tarefa parece ultrapassar as competências dos economistas acadêmicos, ela é no essencial realizada por grandes firmas de consultoria privadas ou semi-públicas ligadas aos grupos imobiliários. Os resultados obtidos são escassos, apesar de um conjunto interessante de pesquisas empíricas sobre a cidade como ambiente construído, e em particular sobre os mercados do solo urbano (Granelle, 1970). O insucesso da empreitada fica evidente quando a construção de modelos se deteriora na fabricação de jogos urbanos de intencção pedagógica (Preteceille, 1974).

A segunda questão dos planejadores versa sobre os cidadãos. Como reagem as famílias ao ambiente urbano, e como organizá-lo para favorecer sua adaptação? A resposta é dada por uma psico-sociologia culturalista que começou a aparecer desde o começo dos anos 50. Seu postulado de base afirma que não há relação causal direta entre as características físicas do ambiente urbano e os comportamentos dos indivíduos. Existe, por outro lado, uma interação entre um ambiente e modelos culturais, que conduz seja a uma adaptação positiva, seja a tensões. O planejador deve se esforçar por conceber seus projetos de modo a minimizar tais tensões. Esta corrente de pesquisa, particularmente bem representada por Paul-Henri Chombart de Lauwe, não é sem dúvida alheia ao culturalismo norte-americano, mas repousa sobretudo em uma tradição autóctone: a das enquetes com famílias e em bairros que os agentes sociais realizam há décadas, especialmente os de tradição católica. Os produtos desta corrente de pesquisa são diversos. Trata-se sobretudo de grandes enquetes sobre os comportamentos urbanos das famílias (Chombart de Lauwe et al., 1952; 1960; Cornuau et al., 1965), mas também de estudos qualitativos na tradição dos *community studies*, tanto sobre bairros consolidados afetados pela renovação urbana (Coing, 1966) como

(*) N.T.: O autor se refere à ENPC - École Nationale des Ponts et Chaussées, faculdade de Engenharia de tradição marcadamente técnica.

sobre os recentes grandes conjuntos (Clerc, 1967; Lamy, 1971). Trata-se também de pesquisas por entrevistas, onde se supõe revelar os modelos culturais da população, principalmente a propósito da moradia e da propriedade (Haumont, 1966; Haumont et al., 1971).

Uma terceira questão colocada pela encomenda estatal é mais reflexiva. Quais são os obstáculos que se opõem à melhoria do instrumento de planificação, e particularmente como superar os obstáculos que as autoridades locais opõem à racionalidade tecnocrática? Intervém então a sociologia da decisão. Contrariamente à tradição humanista e reformadora representada por Chombart, esta corrente se desinteressa totalmente do conteúdo efetivo das decisões planificadoras e de seus eventuais efeitos sobre as populações. Seu propósito é apenas o de revelar o sistema social que produz as decisões públicas. A análise estratégica traz à tona os atores, internos ou externos ao sistema institucional, que utilizam um conjunto complexo de recursos para influenciar as decisões políticas e administrativas. Pode-se aí reconhecer os postulados da sociologia norte-americana das organizações, e os postulados dos trabalhos sobre os sistemas políticos locais, de Robert Dahl e Terry Clark - enfoques importados na França por Michel Crozier. Estas pesquisas versam sobre a administração do planejamento urbano (Thoenig, Friedberg, 1970; Thoenig, 1973) e sobre os sistemas políticos locais (Worms, 1966; Birnbaum, 1973; Grémion, 1976). Elas mostram que os processos de decisão são bem diferentes daquilo que os organogramas administrativos tenderiam a fazer crer. Assim, não corresponde à realidade a visão habitual de uma política urbana que seria concebida no cume do Estado e aplicada localmente graças a um aparelho administrativo hierarquizado: o *préfet* (*), por exemplo, é tanto um representante do governo nos departamentos como um representante dos notáveis locais junto ao poder central. Esta análise, que por princípio ignora qualquer fator social do jogo político que não seja simplesmente a maximização da influência, encantava os mais sutis altos funcionários.

Ao mesmo tempo, outras correntes existem à margem da encomenda estatal de pesquisa. Relegadas a segundo plano pela pesquisa urbana oficial, e depois pela corrente marxista, tais correntes dão no entanto as balizas de desenvolvimentos que terão um novo impulso nos anos 80.

Alguns destes trabalhos versam sobre o urbanismo como disciplina. Bastante inspirados na semiologia urbana de Lynch, eles estudam a cidade como um sistema de signos e de símbolos. Como fundamento, partem da crença de que o urbanismo tem uma missão: desenhar uma forma urbana legível para os cidadãos, e criar assim uma ordem simbólica. Tal ponto de vista desemboca em uma crítica ao urbanismo funcionalista então dominante, e não terá nenhum sucesso junto aos tecnocratas dos anos 60 (Lefebvre, 1967). Desta corrente surgem os primeiros trabalhos franceses sobre as formas urbanas e sobre a história do urbanismo (Choay, 1965; Kopp, 1967). Tal corrente anuncia uma pesquisa histórica sobre a arquitetura urbana, que começará a se desenvolver no fim dos anos 70 (Castex, Depaule, Panerai, 1977). Além disso, uma versão marxista do mesmo humanismo crítico é representada por Henri Lefebvre. Filósofo da alienação e da reificação, ele prolonga suas análises da vida cotidiana no regime capitalista com uma reflexão sobre a cidade (Lefebvre, 1968). Ainda que seu pensamento tenha marcado profundamente uma parte do movimento estudantil de 1968, ele será considerado como puramente especulativo e portanto deploravelmente ignorado pela pesquisa urbana marxista dos anos 70.

(*) N.T.: O *préfet*, cargo administrativo correspondente ao departamento, é nomeado pelo Governo Central.

Enfim, a grande tradição da geografia humana francesa produz descrições minuciosas da urbanização contemporânea (Bastié, 1964; Association Universitaire..., 1967), e os historiadores começam a se interessar pela cidade. Dentre estes, alguns estudam as origens das políticas da habitação social (Guerrand, 1966; Raymond, 1966), e outros empreendem as grandes teses de história urbana (Gaillard, 1977; Jacquemet, 1984), que preparam o caminho para a grande entrada de sua disciplina neste campo de pesquisa.

1.2 - A ruptura de 1968

A partir de 1968, uma série de mudanças vai transformar substancialmente a paisagem institucional e intelectual da pesquisa urbana.

A política urbana do Estado anuncia uma inflexão. Os grandes interesses financeiros se implantam agora no setor imobiliário e colaboram estreitamente com os centros do poder político para orientar vastas operações de urbanização. As decisões importantes escapam cada vez mais às administrações técnicas, e a ideologia planificadora se enfraquece. Paradoxalmente, esta situação dá à tecnocracia uma margem maior de liberdade para conceber seus programas de pesquisa. Por outro lado, o movimento social de 1968 coloca ao Estado uma questão considerável: como fazer para que isto não se produza mais? O discurso político do gaullismo passa, então, por um período claramente reformador.

Nesta conjuntura, os financiamentos da pesquisa urbana aumentam substancialmente. As novas equipes que vão gerenciar tais recursos dispõem de grande autonomia na orientação dos programas. Elas avaliam que o *establishment* acadêmico das ciências sociais, consideravelmente enfraquecido pela crise universitária, está falido. Este *establishment* não apenas resistiu, em sua maioria, às aberturas propostas pela administração, como também mostrou sua incapacidade de inovar o suficiente para responder aos importantes desafios da urbanização e da crise social. A administração trata então de implantar um novo ambiente de pesquisa, financiando uma multitude de pequenas associações à margem da universidade e do CNRS. Esta política, da qual vai nascer uma nova geração de pesquisadores, considera iguais, face às fontes de financiamento, tanto *outsiders* quanto altos graduados na hierarquia universitária, o que escandaliza enormemente estes últimos. Afastados das obrigações do sistema acadêmico e ignorando frequentemente suas tradições, estes jovens pesquisadores, em contrapartida, são totalmente dependentes de sua aliança com as administrações que os financiam.

A nova geração, que durante dez anos vai fornecer seu pessoal à pesquisa urbana, é o produto de uma conjuntura intelectual e política bastante particular. Os que concluíram a graduação em 1968 são, segundo a fórmula consagrada, *les enfants de Marx e da Coca-Cola*.

Com efeito, o clima internacional do fim dos anos 60 estava marcado por um vigoroso crescimento capitalista, pela distensão Leste-Oeste, pela ascensão de forças revolucionárias na "zona das tempestades". Na Europa, o movimento operário e as organizações políticas de esquerda retomam o vigor que haviam perdido nos anos que se seguiram à Liberação. Da longa expansão do pós-guerra surgiram novas tensões sociais. Na França, o Partido Comunista se engaja em uma estratégia de mudança democrática fundada em uma aliança

com os socialistas, o Partido Socialista se renova e abandona sua política centrada, e a esquerda parlamentar abre a perspectiva de um programa comum de governo (1972-1977). Por outro lado, as organizações de extrema-esquerda estão ativas, exprimindo a radicalização de uma parte da juventude. A ação sindical é frequentemente unitária, e se apóia em um movimento popular poderoso que culmina nas greves de maio-junho de 1968.

Este movimento internacional de opinião tinha encontrado expressões políticas diversas, com o sucesso das políticas liberais, trabalhistas, social-democratas, e na Europa do Sul com a ascensão do então chamado "euro-comunismo". Tal conjuntura marcou profundamente o campo intelectual e favoreceu o desenvolvimento multiforme de pensamentos críticos questionando a ordem estabelecida. Na França, ela se manifestava principalmente através de um novo impulso do marxismo, ou melhor, dos marxismos. Tratava-se de algo bastante diferente das doutrinas solidificadas durante o período stalinista e a guerra fria (Anderson, 1976). Era o renascimento de um marxismo ocidental, ao mesmo tempo mais teórico e mais empírico, de algum modo uma "caixa de ferramentas", cuja principal ambição era a de analisar as coisas tais como elas são, ao invés de decretar o que elas deveriam ser. Este fenômeno era internacional, e suscitava desdobramentos bastante diversos, em filosofia e epistemologia, em história, em antropologia, em economia política. Nesta época, eram intensos os intercâmbios intelectuais entre correntes marxistas dos países industrializados e da periferia, especialmente entre a França e a América Latina. Quanto às ferozes polêmicas entre escolas que se reclamavam marxistas, elas sobretudo testemunhavam da vitalidade do marxismo.

Parece-me no entanto que o impulso dos marxismos, aspecto mais marcante do período, fazia parte de uma conjuntura intelectual mais ampla. Esta se caracterizava pelo desenvolvimento multiforme de um pensamento crítico e pelo recuo provisório do positivismo. A variante francesa do fenômeno era sobretudo o estruturalismo, postura teórica que recusava radicalmente as evidências de senso comum, notadamente a principal dentre elas: a soberania do sujeito. Assim, tanto os que se reclamavam marxistas quanto vários daqueles que ignoravam ou rejeitavam o marxismo se encontravam em um terreno epistemológico largamente comum.

1.3 - Novos Objetos

Sobre estas bases vai se desenvolver uma nova pesquisa urbana, onde a França será por algum tempo o pólo mais dinâmico. Não se tratava de dar novas respostas a antigas questões, mas sim de definir novos objetos de pesquisa, de dar enfim um fundamento à sociologia urbana (Castells, 1968). Com efeito, os problemas tradicionalmente formulados pela encomenda estatal são recusados e reformulados. Deixa-se de aceitar o ambiente urbano como um dado ao qual os cidadãos deveriam se adaptar individualmente, e passa-se a considerá-lo como um produto social, que resulta ao mesmo tempo da dinâmica da acumulação capitalista e da ação coletiva. As "tendências espontâneas da urbanização" das quais se ocupavam os planejadores para controlá-las, não mais são vistas como o efeito dos acasos do mercado, mas como manifestação da ordem do capital e de suas contradições. Não se trata mais de mensurar a eficácia dos instrumentos da política urbana em função dos objetivos oficiais da tecnocracia, mas de incluir no campo de análise o próprio Estado e suas políticas. Trata-se de identificar as relações estruturais objetivas que unem os agentes da urbanização, independentemente das representações que tais agentes fazem de sua ação.

movimento de transferência
do mercado ao Estado; continua
nos olhando o todo.

Em resumo, a cidade não é mais definida como um dado da natureza, um conjunto de mecanismos de mercado, um objeto de planejamento ou uma cultura: é o produto da estrutura social em sua totalidade, ao mesmo tempo o resultado e o desafio (*enjeu*) das contradições entre classes. No seio desta estrutura, portanto, nenhum elemento pode ser considerado como um dado. Quer se trate do ambiente construído, das políticas públicas ou das práticas sociais, não existe mais variável independente, tudo deve ser analisado simultaneamente como parte de um mesmo processo, a urbanização capitalista. Não se pode estudar os usos que se faz da cidade sem estudar também sua produção. Não se pode considerar separadamente os agentes econômicos privados e a ação pública. Não se pode isolar a técnica da política, nem a política dos movimentos sociais. Esta abordagem implica a abolição das fronteiras entre disciplinas acadêmicas, e a nova pesquisa urbana vai efetivamente mobilizar sociólogos e economistas, juristas e arquitetos.

Como todo movimento intelectual conduzido por agentes exteriores ao sistema estabelecido de legitimação cultural, a pesquisa urbana marxista dos anos 70 começou, portanto, por fazer tábula rasa do passado e da tradição acadêmica. Persuadida de subverter as questões que o Estado lhe endereçava, ela acreditou-se liberar também dos efeitos da encomenda administrativa sobre seu próprio desenvolvimento. Este esquecimento das origens e este desconhecimento das condições históricas da produção intelectual darão à pesquisa urbana francesa dos anos 70 uma inegável criatividade, mas trarão pesadas consequências.

De qualquer forma, esta decisão teórica de reinserir a cidade dentro da dinâmica global da acumulação capitalista e de suas contradições, abria espaço para o aparecimento de novos objetos de pesquisa empírica.

Se a cidade é um produto social, tem-se que começar pelo estudo de seu processo de produção, e para tanto ultrapassar sua representação neo-clássica como um conjunto de mercados independentes da ação planejadora. Tem-se que analisar ao mesmo tempo a acumulação do capital nas produções urbanas e o papel das políticas públicas neste processo. Neste sentido desenvolve-se um conjunto de trabalhos sobre a produção dos elementos do ambiente construído e seus agentes (Asher, Lacoste, 1974), em particular as enquetes sobre os promotores imobiliários (Topalov, 1974), sobre a atividade dos bancos no setor imobiliário (Combes, Latapie, 1974), sobre as empresas da construção (Combes, 1978). São empreendidas pesquisas sobre a história das formas de produção e de propriedade da moradia (Lescure, 1982; Topalov, 1987). Desenvolve-se um debate a propósito da teoria das rendas fundiárias (Lipietz, 1974; Lafont, Leborgne, 1977; Topalov, 1984) e são reexaminados os mecanismos de formação dos preços imobiliários (Carassus, 1983). É estudado o papel do planejamento na organização espacial da produção do ambiente construído, notadamente no caso dos grandes conjuntos (Godard et al., 1973; Duclos, 1973).

Neste estudo da produção da cidade, observa-se no entanto uma lacuna que, de maneira geral, caracteriza a pesquisa urbana no período: raros são os trabalhos sobre o papel da indústria e dos serviços na urbanização (Scott, 1986). Apesar de existirem algumas pesquisas sobre o planejamento das infraestruturas do desenvolvimento industrial e sobretudo sobre o funcionamento dos mercados de trabalho (Coing, 1982), as relações entre mudanças na divisão do trabalho e formas de urbanização continuam pouco estudadas (Freysenet, 1977).

Com efeito, a cidade é principalmente definida como o espaço do consumo coletivo e da reprodução da força de trabalho (Castells, 1972). Apesar das objeções daqueles que em teoria insistem na cidade como sistema produtivo (Lojkine, 1977; Préteceille, 1981; Préteceille, Terrail, 1985), os trabalhos empíricos versam principalmente sobre os equipamentos e serviços urbanos que fornecem os meios de um consumo socializado. Uma série de pesquisas estuda as políticas públicas em matéria de equipamentos coletivos (Dagnaud, 1978), e especialmente as relações entre políticas habitacionais e reprodução da força de trabalho (Magri, 1977). Nestes campos, a necessidade de estudos históricos se faz rapidamente sentir, por exemplo sobre as origens do metrô parisiense (Cottureau, 1969; 1970) ou sobre as origens da legislação sobre habitação social (Magri, 1972). Outros trabalhos analisam os dispositivos espaciais que resultam das políticas de equipamento urbano e os processos de segregação que estão a eles ligados (Pinçon-Charlot, Préteceille, Rendu, 1986). Enquanto que tais pesquisas citadas são centradas sobre as políticas públicas, outras empreendem o estudo dos movimentos populares que se desenvolvem a propósito de questões urbanas ao longo dos anos 70 (Castells, 1973), em particular em torno dos problemas da moradia (Castells et al., 1978) e dos transportes coletivos (Cherki, Mehl, 1979). O tema dos "movimentos sociais urbanos", fruto de uma tentativa de compreender as cidades da América Latina, torna-se um dos eixos da sociologia urbana francesa. Todavia, ainda que se trate de uma orientação pouco difundida, é no campo do consumo coletivo que logo aparecem os limites do estudo centrado apenas nas políticas públicas e na ação coletiva, e a necessidade de levar em conta as práticas cotidianas dos próprios habitantes (Chamboredon, Lemaire, 1970; Godard, 1975).

O estudo das políticas urbanas locais tenta fazer a síntese destas diversas abordagens setoriais, e se esforça por reconsiderar ao mesmo tempo a complexidade das relações de classes e o jogo específico do político. Numerosas monografias são assim realizadas, tanto sobre grandes cidades tais que Paris (Lojkine, 1972; Dagnaud, 1983), Lyon (Lojkine, 1974), Marselha (Bleitrach, 1981) ou Lille (Lojkine, Delacroix, Mathieu, 1978), como sobre cidades médias (Huet et al., 1977) ou sobre as novas regiões urbanas surgidas da expansão industrial tais como Dunquerque (Castells, Godard, 1974; Veltz, 1977) ou Fos (Bleitrach, Chenu, 1979).

A difusão internacional deste conjunto de trabalhos remete a seus autores a imagem de uma "escola francesa de sociologia urbana marxista", cuja problemática teórica se liga a outras desenvolvidas em vários países, especialmente na Grã-Bretanha e Itália, nos Estados Unidos, e em muitos países da América Latina. A pesquisa urbana de inspiração marxista se impõe, então, como uma tendência internacional, e conquista posições institucionais, em particular dentro da ISA - Associação Internacional de Sociologia. Paradoxalmente, é neste mesmo momento que a pesquisa urbana francesa entra bruscamente em crise.

2. Mudança de conjuntura e eclipse da pesquisa urbana francesa (1975-1987)

2.1 - O início da crise

Na segunda metade dos anos 70 aparecem na França os primeiros sinais de um novo período e, no começo dos anos 80, torna-se evidente o fim de uma época da "escola francesa

de sociologia urbana marxista". A pesquisa urbana como campo específico está em pleno declínio, os pesquisadores se dispersaram, as problemáticas até então dominantes são contestadas tanto interna como externamente. É o processo deste eclipse, ao mesmo tempo institucional, político e intelectual, que eu gostaria agora de tentar analisar.

Não surpreende o fato de que uma mudança se inicia a partir de 1975. Sem dúvida, os historiadores de amanhã saberão ver melhor que nós como a entrada do capitalismo mundial em um longo período de crise e de reestruturação produziu profundos efeitos em todos os campos da vida social. De qualquer forma, as condições nas quais se tinha desenvolvido a pesquisa urbana na França passam a sofrer modificações substanciais.

Acelerando uma tendência que começava a se manifestar há vários anos, a depressão industrial é acompanhada de uma brusca interrupção do crescimento urbano e da modificação de suas formas. Não apenas desmoronam as regiões industriais tradicionais já em declínio, como também entram bruscamente em crise os complexos industriais ultra-modernos recém e massivamente implantados, em particular na siderurgia e na petro-química. As grandes operações de urbanismo entram em falência, e são interrompidas ou desaceleradas. As cidades-novas e os grandes conjuntos habitacionais cedem lugar à construção difusa de moradias individuais em periferias distantes, as renovações urbanas à reabilitação, principalmente especulativa, do habitat existente. O setor público da habitação é condenado à asfixia e as políticas de equipamento urbano são sacrificadas face à austeridade orçamentária. O capital financeiro se desvia da construção imobiliária, setor conquistado depois de dez anos de tentativas. O presidente Giscard d'Estaing, eleito em 1974, pode ser considerado como um símbolo da nova política urbana que acompanha a crise. A interrupção dos grandes programas é justificada pelo discurso do crescimento lento e da qualidade de vida, o abandono das ambições planificadoras do gaullismo se justifica pela descentralização das políticas urbanas ao nível local. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais que tinham se desenvolvido na década precedente contra os efeitos da urbanização acelerada se enfraquecem, e boa parte das reivindicações formuladas pelos grupos ecologistas podem ser recuperadas pela nova linha de governo. Ainda que com uma orientação mais "social", os governos de esquerda que se seguem à eleição de Mitterand à presidência em 1981 dão continuidade a uma política de acompanhamento da desaceleração do crescimento urbano, impulsionando o processo de descentralização do poder às autoridades locais.

Esta política tem, como consequências, a liquidação ou o congelamento dos órgãos centrais de planejamento implantados nos anos 60 e, paralelamente, uma aguda diminuição dos financiamentos da pesquisa urbana e uma reorientação de seus programas. As equipes que os tinham administrado durante os dez anos precedentes se dispersaram. Uma pesquisa urbana inteiramente criada pelo Estado só podia se desmoronar quando este a abandonou. Tal mudança deixava, no entanto, um problema a resolver: o que fazer das centenas de pesquisadores que eram antes financiados pela administração? A solução adotada em 1976, em grande parte sob pressão dos sindicatos implicados, foi a de transferir a maioria destes pesquisadores para as instituições tradicionais da pesquisa - essencialmente o CNRS -, e de deixar outros se dispersarem. Mas a volta do filho pródigo não deixou de ter consequências sobre a orientação ulterior da pesquisa. O reconhecimento profissional antes assegurado por uma relação privilegiada com as administrações demandantes desaparecia, e uma nova legitimidade devia ser conquistada pelos recém-chegados aos quadros

acadêmicos tradicionais. Ora, a pesquisa urbana tinha se desenvolvido à margem dos debates gerais das disciplinas implicadas, tinha produzido um número limitado de publicações reconhecidas pelo mundo universitário, e tinha mantido os pesquisadores que nela se engajaram fora dos processos clássicos de acesso ao poder institucional. Ao mesmo tempo, depois da agitação e das reformas de 1968, a universidade francesa passava por uma clara restauração das posições dos "mandarins", embora de forma menos intensa no CNRS e particularmente em uma disciplina como a sociologia. Assim, o meio dos pesquisadores urbanos criado pelo boom dos financiamentos dos anos 70 se fundiu nas instituições acadêmicas e se submeteu às suas normas profissionais.

A virada da conjuntura não é evidentemente exclusiva das políticas urbanas e das instituições de pesquisa. Com a crise, os países industrializados desenvolvidos entram, nos anos 80, em um novo período histórico. Por volta de 1960 tinha se iniciado um ciclo de ascensão da conflitualidade social, de reforço dos movimentos operários, de aparição de novas formas de contestação dos poderes estabelecidos. Ao inverso, o período de reestruturação capitalista que começa na metade dos anos 70, produz, por sua vez, seus efeitos. Na França, este período se manifesta a nível social pelo recuo tanto dos sindicatos como dos "novos movimentos sociais", e a nível político pelo fracasso dos governos de esquerda e o desmoronamento do Partido Comunista. É no contexto destas experiências que se deve compreender o enfraquecimento do pensamento marxista, que deve reavaliar suas conquistas e seus limites se pretende se renovar e continuar a produzir, e assim enfrentar a moda ideológica atual que se esforça por enterrá-lo.

2.2 - Interpretar os "marxismos urbanos" dos anos 70

Com efeito, a crise da pesquisa urbana francesa não é apenas o resultado de condições institucionais doravante desfavoráveis, é também uma crise teórica, isto é, um questionamento dos objetos que ela havia construído. O campo intelectual dos anos 70 permitia "ver" certas "coisas" e impedia de ver outras, que depois passaram ao primeiro plano. Tais modificações da visão erudita que uma sociedade adquire dela própria se produzem periodicamente, e constituem, no fundo, a própria história das ciências sociais. Para interpretá-las devemos tentar compreender como nasce um objeto de "ciência" dentro da interação entre o mundo da pesquisa e o mundo propriamente dito. O que não é nada fácil.

A linguagem da teoria exprime sempre algo diferente do que ela crê. Com efeito, tal linguagem apenas pode transpor, para o campo intelectual, e segundo as regras específicas deste último, uma situação histórica, isto é, a relação prática daqueles que falam à realidade social. Interpretar os marxismos urbanos dos anos 70, é portanto tentar clarear as relações entre seu conteúdo e as condições específicas de sua produção.

A principal condição de uma nova definição da cidade como objeto de pesquisa foi a interação entre o Estado planejador e uma geração de pesquisadores, dentro de uma conjuntura de ascensão das tensões sociais. O conteúdo, os limites e a fragilidade das formulações teóricas da época estavam inscritos nesta situação. Em outros termos, parece-me que a dissolução ulterior do objeto "cidade" tal como tinha sido constituído nos anos 70 foi o resultado das próprias condições de sua construção.

A cidade era colocada pelo Estado como campo de pesquisa privilegiado no mesmo momento em que este Estado enfrentava uma grande crise social. Esta conjuntura histórica designava a "questão urbana" como objeto essencial da teoria. Por este motivo a crise da cidade capitalista e a crise das formas estatais de sua regulação foram colocadas no centro do discurso erudito, obscurecendo outros objetos menos visíveis.

A reinserção dos fenômenos urbanos dentro da análise das estruturas globais do capitalismo permitia questionar o positivismo, mas colocava uma questão epistemológica inevitável: pode-se considerar a cidade como um objeto científico? Em outros termos, é a sociologia urbana uma disciplina fundada em teoria, ou simplesmente um campo de pesquisa definido empiricamente? No fundo, o problema não era novo, e várias respostas lhe tinham sido dadas no passado a cada vez que se tentou construir uma ciência das cidades como instrumento de um projeto de transformação social. Foi o que ocorreu por exemplo no início do século com o *civics as applied sociology* de Patrick Geddes ou com o "urbanismo" de Marcel Poëte, depois nos anos 20 com a "cultura urbana" dos sociólogos de Chicago.

Sobre a definição teórica de seu objeto, a pesquisa urbana francesa dos anos 70 se dividia em duas tendências principais. Sua oposição exprimia relações práticas distintas com a crise política, mas elas tinham em comum o fato de que precisamente a política, e portanto o Estado, se encontravam no centro das questões às quais elas queriam responder.

Os pesquisadores de uma primeira corrente, representada em particular por Castells, fundavam o objeto "cidade" sobre o conceito de consumo coletivo. Por essa decisão teórica, eles se davam os meios não apenas de legitimar a existência de uma "sociologia urbana", mas também de pensar a emergência de novos movimentos sociais. Tal enfoque correspondia então a uma sensibilidade política compartilhada tanto por militantes da extrema esquerda como por parte da esquerda não-comunista. Esta corrente de pesquisa colocava no centro da análise as formas de conflitualidade social que não nasciam na empresa a partir dos problemas de trabalho, não tinham uma base de classe única, e não adotavam as formas de organização e de expressão política tradicionais do movimento operário. Fundando uma sociologia sobre uma definição da cidade como espaço do consumo coletivo, podia-se dar um nome a esta realidade que representava ao mesmo tempo o futuro e a esperança, em resumo, podia-se inventar os "movimentos sociais urbanos". O edifício repousava portanto em uma conjuntura histórica bastante singular, e sua fragilidade se tornou evidente com a crise. Por um lado, os movimentos sociais em questão perderam sua força, tanto porque obtiveram alguns resultados e se institucionalizaram, como porque os problemas que os fizeram nascer mudaram de forma. Por outro lado, o problema do emprego se tornou o centro das preocupações populares, e a gestão do desemprego passou a constituir um aspecto essencial das políticas públicas. Com a reestruturação em curso da divisão espacial do trabalho, somos obrigados a redescobrir a cidade como espaço da produção industrial.

Os pesquisadores da segunda corrente, por sua parte, esperavam a mudança social de uma mudança política a nível do Estado. Geralmente inspirados na teoria do capitalismo monopolista de Estado tal como era então desenvolvida pelos economistas do Partido Comunista Francês, eles privilegiavam a análise dos mecanismos da acumulação do capital e da reprodução da força de trabalho na cidade, e as políticas públicas que os acompanhavam.

vam. Tratava-se de mostrar as raízes da crise e de definir as novas políticas que permitiriam superá-la. O paralelismo dos colóquios sobre urbanismo organizados em 1973 e 1974 pela administração ("Politiques Urbaines...", 1974) e pelos intelectuais comunistas (Centre d'Études et de Recherches Marxistes, 1974; "Pour un Urbanisme...", 1974) é, deste ponto de vista, bastante marcante. Nesta perspectiva, a cidade se dissolvia como objeto específico. Ela era simplesmente um terreno cómodo para estudar os processos gerais em marcha em uma sociedade capitalista desenvolvida. Esta orientação teórica iria favorecer um esfacelamento da pesquisa urbana quando da modificação da conjuntura. Além disso, ela levava a seu limite extremo uma característica comum dos trabalhos de inspiração marxista deste período: a fascinação pelo Estado. Ainda aqui, a experiência histórica devia conduzir a uma séria reavaliação: com o revés dos governos de esquerda na França (1981-1986), foi necessário constatar que em nenhum lugar na Europa os partidos que se declaravam ligados ao movimento operário puderam ocupar o Estado e então implementar uma política de transformação social radical.

Que ela tenha privilegiado o estudo dos movimentos sociais urbanos ou as contradições da acumulação capitalista, a pesquisa urbana dos anos 70, em todos os casos, definiu suas tarefas a partir do objeto mais visível no momento: o Estado, suas políticas, sua crise. Este objeto escondia outros, em particular todas as realidades sociais que não podem ser vistas a partir das classificações práticas produzidas por esse mesmo Estado, e que talvez permitam compreender como uma crise política pode encontrar uma saída conservadora.

Neste ponto, não é possível evitar uma questão perturbadora. A pesquisa urbana de inspiração marxista nasceu, tanto na França como em outros lugares, de uma curiosa colaboração entre administrações públicas e uma geração de jovens diplomados radicais. O paradoxo é apenas aparente: vimos, no caso francês, de que maneira uma tecnocracia modernizadora, confrontada a problemas sociais e administrativos inéditos, tinha mobilizado, durante um curto período, os antigos estudantes de 1968 contra as resistências do sistema acadêmico. Mas é necessário medir as consequências demandantes que seriam elementos do cotidiano da pesquisa e sobre a teoria. As administrações públicas, os pesquisadores respondiam com o reconhecimento que pudessem aclarar as políticas públicas, de seus determinantes sociais e de seus efeitos, uma análise crítica destas políticas públicas, de seus determinantes sociais e de seus efeitos. Este face a face tinha uma consequência fatal, ainda que despercebida no momento: o campo intelectual da pesquisa se achava estruturado por uma definição estatal dos "problemas" e portanto pelo recorte da realidade social que correspondia às necessidades das políticas do Estado. Ainda aqui, não se trata de uma novidade! As ciências sociais nasceram de um projeto eminentemente prático, o projeto dos reformadores sociais do fim do século XIX, logo substituídos pelos aparelhos dos *Welfare States* modernos (Topalov, 1985). Apesar da autonomia do campo onde se fabrica o discurso erudito sobre a sociedade – ou, se preferir, a teoria –, em nenhum momento se pode compreender a evolução de nossas disciplinas independentemente das categorias práticas nascidas na gestão do social pelos poderes estabelecidos.

Assim, eu não creio que o desenvolvimento da pesquisa urbana entre o começo dos anos 60 e o fim dos anos 70, tanto nos países capitalistas desenvolvidos como na América Latina, tenha sido simplesmente a consequência da explosão de problemas urbanos que exigiam respostas. Entre as coisas e as palavras que uma sociedade adota para dizê-las,

existe uma distância essencial, pois as formas da representação são sempre organizadas pelas relações práticas dos homens entre si. Ora, no século XX, os problemas sociais a serem resolvidos são definidos essencialmente a partir dos instrumentos de ação disponíveis dentro do Estado. Se a "questão urbana" se tornou central no Ocidente durante vinte anos, é porque a cidade foi colocada como o lugar estratégico da gestão estatal dos conflitos sociais. E se as políticas urbanas se tornaram o objeto principal das pesquisas, é porque este modo de gestão havia entrado em crise.

2.3 - Novos objetos

A partir da segunda metade dos anos 70, começam a se delinear as novas tendências da pesquisa urbana, que serão afirmadas nos anos 80. A corrente marxista - dentro da qual se desenvolvem algumas dessas tendências -, passa a receber, a partir da virada de 1975 e da estabilização social que se seguiu, uma questão clássica: como compreender a extrema solidez da ordem capitalista e suas capacidades de adaptação e de reestruturação? Por outro lado, outras tendências têm como ponto de partida uma rejeição mais ou menos radical do enfoque marxista; trata-se aqui tanto de formas concorrentes do pensamento crítico, como de variantes múltiplas de um positivismo que retorna com força depois de um longo período de eclipse aparente.

Apesar da diversidade destes desenvolvimentos, parece-me que eles comportam um elemento comum. A questão fundamental, aquela que determina a escolha dos objetos de pesquisa, se deslocou: nos anos 70, tratava-se da mudança política; nos anos 80, trata-se da reprodução social. Com efeito, o que importa hoje é compreender de que maneira as rápidas modificações que se observa em certos níveis da realidade são compatíveis com a estabilidade de algumas relações sociais fundamentais. Este desvio de ponto de vista faz emergir uma série de questões novas e de novos objetos.

A questão da crise e modificações da relação salarial

Há doze anos aproximadamente, o capitalismo mundial entrou novamente em uma crise estrutural, que é acompanhada de profundas modificações na divisão do trabalho. Esta experiência histórica determinou uma tarefa evidente à corrente marxista, e a conduziu a primeira série de reavaliações.

Inicialmente, as transformações em curso na indústria passaram ao primeiro plano das preocupações, e tal evolução foi favorecida na França a partir de 1981 através de novos programas de pesquisa financiados pela administração. Disto resultou um deslocamento de vários pesquisadores dos problemas urbanos para os problemas industriais, e, em menor escala, uma redescoberta da cidade como espaço da produção.

Por outro lado, aos poucos se evidenciou o fato de que a crise atual tem por raiz uma mutação do regime de acumulação, isto é, uma mudança das formas da divisão social e espacial do trabalho. Estes desenvolvimentos contribuíram para fazer recuar o "economicismo" presente em uma parte da pesquisa dos anos 70, isto é, a tendência a definir as contradições capitalistas a partir da circulação e do valor e da repartição desigual do lucro, e não a partir da produção propriamente dita. Daí resulta o sucesso de pesquisas fundadas seja na análise do processo concreto de trabalho, e em particular sobre a automação (Freysenet,

1981), seja no conceito de regulação, em particular sobre a crise do regime fordista de acumulação (Aglietta, 1976). Tais pesquisas abrem perspectivas para o estudo dos modos de vida urbanos a partir das realidades do trabalho industrial (Campagnac, Tabary-Taveau, 1979; Bobroff, Campagnac, Veltz, 1980).

Enfim, a interpretação da crise foi um dos fatores que contribuíram para recolocar as pesquisas históricas em primeiro plano. Se é verdade que vivemos, no momento atual, o fim de um longo período do capitalismo, o estudo de sua implantação torna-se essencial. Daí decorre o desenvolvimento de pesquisas sobre as origens das formas de divisão do trabalho fundadas na mecanização, e sobre a instalação do modo fordista de regulação da acumulação nos anos 20 e 30. Todavia, estas orientações ainda não suscitaram na França, até o momento, trabalhos coerentes centrados sobre a história da urbanização fundados nestes novos conceitos.

A questão do político

A pesquisa urbana de inspiração marxista dos anos 70 tinha se desinteressado da política (*politics*) em benefício do estudo das políticas (*policies*). Ela encarava o Estado como um conjunto de aparelhos e de práticas agindo sobre a sociedade civil, e não como o que ele também é nas democracias ocidentais - uma autoridade aceita como legítima pela sociedade. Assim, a maioria dos trabalhos passava diretamente do estudo dos interesses de classe ao exame dos "efeitos objetivos" das políticas urbanas sobre tais interesses, o que favorecia o desvio de uma teoria das contradições para uma teoria funcionalista. O processo político-administrativo de formação das políticas e a própria reprodução da legitimidade política eram considerados como secundários. Do mesmo modo, evitava-se uma questão essencial do ponto de vista da corrente marxista: como explicar que as políticas urbanas capitalistas dão lugar, sem dúvida, a movimentos sociais, mas não enfraquecem substancialmente a submissão ou a adesão popular à ordem social e política global?

Daí decorre uma reconsideração das relações entre política e sociedade, que retoma as indicações já apontadas por Gramsci quando da estabilização europeia dos anos 20. A dominação de uma classe dentro do Estado se funda em uma hegemonia construída previamente na sociedade civil. As ideologias e as práticas políticas têm por raiz o tecido das instituições da sociedade, as relações sociais que aí se estabelecem, as coisas da vida cotidiana. Em direção a esta nova visão da política convergem várias correntes de pesquisa. A sociologia urbana de inspiração marxista se desloca das análises globais das políticas do Estado central para estudar as municipalidades, que se tornam o terreno privilegiado de observação da formação das hegemonias políticas (Lojkin, 1980; Prétécelle, 1985). Aqui se opera um encontro frutífero com os historiadores que trabalham seja sobre o socialismo municipal (Meuret, 1982), seja sobre a implantação do Partido Comunista nas municipalidades "vermelhas" durante o entre-guerras, ou ainda mais amplamente sobre as relações entre vida cotidiana, vida associativa e vida política a nível local (Girault, 1977; Brunet, 1980; Fourcaut, 1983; Fourcaut, ed., 1987). Além disso, alguns trabalhos clássicos de sociologia eleitoral passam a tomar em conta determinantes sociais do comportamento político, em particular a difusão em massa da propriedade imobiliária (Capdevielle, 1986).

Nestas pesquisas, uma interrogação ainda mais fundamental aparece, versando sobre a

natureza do processo político propriamente dito dentro das democracias representativas. Do Estado democrático se espera que represente a vontade nacional e, em suas formas modernas, as necessidades da população. As instituições políticas são fundadas em um processo de delegação de poder que comporta efeitos próprios, em particular sobre a definição das necessidades sociais. Este processo se torna, por sua vez, objeto de pesquisa (Goddard, Pendarès, 1979).

A questão dos poderes

Os lugares do poder extravasam largamente o Estado, a geografia dos sistemas de poder não é somente aquela das classes sociais. Esta tese, reformulada na França por Michel Foucault, veio contestar radicalmente o ponto de vista marxista desde os anos 70, e bastante contribuiu para renovar os objetos da pesquisa. Ainda aqui, a teoria se esforçava por dar um sentido a uma experiência histórica, a experiência das revoltas que, desde os anos 60, explodem regularmente dentro das instituições disciplinares. Tanto o movimento anti-psiquiátrico como os motins nas prisões designam, de fato, relações de dominação que permaneceram até então impensadas. Percebia-se que dispositivos silenciosos de disciplina, não contestados porque fundados em um tratamento científico dos sujeitos "anormais", são talvez a própria base da ordem social. Sendo a questão formulada nestes termos, nada mais dela escapa, nem a medicina, nem a escola, nem a moradia, nem a família. À sua maneira, os movimentos feministas colocam uma questão paralela, ao combater uma forma de dominação evidentemente distinta das relações de classe.

Este novo campo de pesquisa é aberto na França por uma série de trabalhos inspirados em Foucault, buscando demonstrar que os equipamentos coletivos, sobre os quais a pesquisa urbana marxista afirmou a necessidade e a insuficiência, são de fato dispositivos de normalização - "equipamentos do poder" (Fourquet, Murard, 1977). Esta corrente propicia uma série de pesquisas sobre a genealogia da escola (Querrien, 1976), da habitação social (Murard, Zylberman, 1976), das políticas de família (Donzélot, 1977; Joseph, Fritsch, 1977), e da higiene pública (Murard, Zylberman, eds., 1977). No fim dos anos 70, este ponto de vista radicalmente anti-estatal se encontra em harmonia com as dúvidas de uma parte da technocracia, cujo modernismo sereno tinha entrado em crise com o declínio da planificação de Estado e com o advento das políticas de austeridade (Conan, Scheer, eds., 1977).

Uma outra tradição intelectual saída de 1968 se depara, no mesmo momento, com a questão dos poderes. Desconfiando das formas organizadas de luta social, esta corrente se esforça em salientar as formas espontâneas e cotidianas da resistência popular à dominação de classe, tanto no trabalho como fora dele (Cottureau, 1980). Este ponto de vista, que vai ao encontro da antiga tradição da história social britânica e norte-americana, conduz a estudar o movimento operário não mais apenas "por cima", mas antes "por baixo", a partir do cotidiano das relações de classe, fundamento dos movimentos coletivos mais visíveis (Perrot, 1974; Cottureau, 1986). Assim, as práticas populares na cidade se tornam enfim objetos de história (Perrot, 1981; Garden, Lequin, eds., 1984; Magri, 1986).

Este ponto de vista conduz também a reexaminar a ação das classes dominantes, que não se exerce apenas na empresa ou sobre a cena política, mas visa também a uma transfor-

mação em profundidade da vida cotidiana das camadas populares fora do local de trabalho. A partir desta hipótese, pode-se reler a história de todas as políticas sociais (Topalov, 1985), e em particular a história das políticas urbanas. As origens do urbanismo moderno passam a ser analisadas como um elemento de uma ação reformadora que, ao longo desse século, se esforçou por mudar os modos de vida populares e as relações entre classes (De Michelis, Teyssot, 1979; Gaudin, 1979; 1985; Buren, ed., 1987; Magri, Topalov, 1987).

A questão das práticas

A pesquisa urbana dos anos 70 estudava a urbanização, as políticas públicas e os movimentos sociais como efeitos de uma dinâmica estrutural, como processos sem sujeito. Ela postulava que as práticas resultam de uma interação entre as características de posição de grupos dentro da estrutura social, e das condições externas que resultam da lógica de acumulação e das políticas estatais. Ao mesmo tempo, ela fazia economia do estudo empírico dessas práticas, e consequentemente da interpretação de sua diversidade.

Ora, a estabilização social recolocou em pauta a questão das práticas cotidianas. Tal estabilização obriga de fato a considerar a permanência dessas práticas, mesmo quando as condições "objetivas" da existência passam por profundas mudanças. Obriga também a refletir sobre a diversidade individual face a posições de igualdade dentro da estrutura social. A questão da produção dos indivíduos se encontra assim colocada ao mesmo tempo que a questão da reprodução social. Por um lado, a pesquisa de respostas a estas questões se dá através do desenvolvimento atual de trabalhos sobre os "modos de vida". Desde que tais questões são colocadas, a posição estruturalista encontra um limite evidente e deve admitir que as práticas não podem ser deduzidas das posições dos agentes na estrutura (Pendarès, 1982).

Este questionamento surge de início da constatação de que a existência de um equipamento coletivo não determina diretamente os modos sociais de sua utilização. Entre a prática e suas condições, é necessário portanto introduzir mediações (Pinçon-Charlot, Rendu, 1982). Assim, a aquisição de uma habitação tem um sentido bastante diferente não apenas em função da posição de classe, mas também segundo a história singular da família (Goddard, Cuturello, 1980). Cohabitar em um conjunto habitacional apresenta dificuldades que mostram a diversidade de posições adquiridas por cada grupo no curso de sua história (Pinçon, 1981). Além disso, o evidenciamento da especificidade da posição das mulheres em todas as práticas sociais, em particular no trabalho (Barrère-Maurisson et al., 1984), conduz também a considerar a pluralidade das relações sociais nas quais estão inscritos os modos de vida.

Redescobre-se assim que as práticas cotidianas apresentam uma coerência da qual se deve dar conta. Se numerosas pesquisas caem em tautologias do culturalismo ordinário, outras se orientam para o estudo da produção social das disposições individuais. O método das histórias de vida e o estudo das trajetórias familiares são utilizados para avançar neste problema, esforçando-se por ligar a análise das posições de classe à análise das mudanças de conjuntura histórica e à formação dos destinos individuais (Bouffartigue et al., 1984; Pinçon, 1987).

Por outro lado, estas pesquisas sobre as práticas populares apontam uma via para ultrapassar o funcionalismo e o economicismo que marcaram os marxismos dos anos 70. Os trabalhadores não mais encarados como uma simples força de trabalho, isto é do ponto de vista de sua função para o capital, mas também como sujeitos de práticas. Estas práticas de classe não necessariamente adquirem a forma da ação coletiva, pois as respostas populares às situações são antes cotidianas e silenciosas. Assim mesmo, elas contribuem para definir o curso das coisas, inclusive o da acumulação. Assim, a eficácia dos obstáculos colocados à proletarianização pelos operários-camponeses do século XIX é uma chave para compreender o atraso industrial francês (Noiriel, 1986), e as políticas do patronato da siderurgia só são inteligíveis se se encara os modos de vida operários como formas de luta (Freyssenet, 1980).

3. Conclusão

Ninguém duvida que os objetos construídos pela corrente marxista dos anos 70 se descomuseram. Mas em qual direção irão os desenvolvimentos em curso? Parece-me que poderia haver duas maneiras de responder a esta questão.

Por um lado, assiste-se a uma reabilitação do empirismo, da descrição sem fim das singularidades. É o retorno ao indivíduo, depois do período de impulso dos estruturalismos que o tinham retirado do primeiro plano.

Com efeito, durante trinta anos, rejeitando o postulado essencial do positivismo, e talvez também a experiência mais fundamental do senso comum moderno, tinha-se deixado de considerar o indivíduo "concreto" como o princípio último da ação social. Esta revolução teórica tinha começado quando a linguística tomou por objeto antes o sistema da língua que a diversidade da palavra. Ela se estendeu em seguida a todas as ciências sociais. A escola dos *Annales* subvertia a história mostrando que sob a espuma dos acontecimentos, há a lenta temporalidade das estruturas sociais, e que os sujeitos históricos são tanto objeto da ação como atores. A antropologia estruturalista analisava sistemas de parentesco onde os agentes são apenas os suportes, e construções míticas que "se pensam" nos locutores. O retorno de Lacan a Freud colocava o indivíduo como uma ilusão necessária resultando da hipótese do inconsciente, este último "estruturado como uma linguagem". A leitura de Marx por Althusser era um "anti-humanismo teórico" que colocava o desenvolvimento objetivo das contradições dos modos de produção no princípio do movimento histórico. Foucault desmontava sistemas de poder nos quais os parceiros são engajados sem mesmo que o saibam. Até a literatura participava deste movimento, com a abolição do narrador e do sujeito da percepção no *nouveau roman*.

O retorno atual ao indivíduo pode ser encarado como uma batalha conduzida pelos positivistas que renascem de suas cinzas, para abolir os pensamentos críticos das décadas anteriores - expressos na França pelas diversas variantes do estruturalismo e do marxismo. Há assim no campo intelectual, como no campo social e político, períodos de reação e até de restauração. Com efeito, um aspecto do retorno ao indivíduo me parece ser a reabilitação da evidência positivista de que o indivíduo é o sujeito último da ação, e de que ele sabe o que faz. A partir daqui, as ciências sociais podem retornar tranquilamente aos métodos

e teorias construídos pelas versões eruditas do senso comum.

É assim que a pesquisa urbana francesa de hoje pode-se abandonar aos charmes da observação etnográfica (Pétonnet, 1979; 1982) e adotar novamente a linguagem do culturalismo (Verret, 1979). Ela descobre como novidade a Escola de Chicago e decide ignorar os fenômenos macro-sociais para se consagrar ao "objeto local", ao "micro-social", ao "cotidiano" ("La vie quotidienne...", 1978; De Certeau, 1980). O mito do Estado benfeitor renasce das cinzas, e a questão das políticas públicas se encontra às vezes colocada em termos bastante próximos àqueles dos anos 60 (Imbert, Chombart de Lauwe, eds., 1982). Além disso, observa-se um esquecimento organizado dos resultados de dez anos de pesquisa urbana de inspiração marxista, particularmente por certos historiadores da cidade do século XX (Aguilhon, ed., 1983).

Mas por outro lado, os desenvolvimentos em curso são também fruto de um exame crítico dos resultados obtidos pela via dos enfoques estruturalistas e marxistas, de uma tentativa de ultrapassar seus limites preservando ao mesmo tempo os conhecimentos adquiridos. Parece-me claro que os paradigmas que emergiram deste questionamento não adquiriram ainda o alcance e a influência dos precedentes. Nós podemos tentar contribuir para que isto aconteça, mas, como sempre, a história decidirá sem nós.

BIBLIOGRAFIA

- Aglietta, Michel. 1976. *Régulation et crises du capitalisme, L'expérience des Etats Unis*. Paris, Calmann-Lévy, 334p.
- Aguilhon, Maurice, ed. 1983 - *Histoire de la France urbaine v. 4: La ville de l'âge industriel*. Paris, Le Seuil, 665 p.
- Albertsen Niels, 1985. "Farewell to the city and marxism? Impressions from France". Unpublished paper, 30 p.
- Amiot, Michel. 1986 - *Contre L'Etat, les sociologues. Éléments pour une histoire de la sociologie urbaine en France (1900-1980)*. Paris. Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. 304 p.
- Anderson, Perry. 1976 - *Considerations on marxism*. London, NLB.
- Asher, F. Lacoste, J. 1974 - *Les producteurs du cadre bâti*. Grenoble, UER Urbanisation et Aménagement, 4 v.
- Barrère-Maurisson, M.A., et al. - *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif* - Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1984, 320 p.
- Basile, Jean. 1964. *La croissance de la banlieue parisienne*. Paris, Presses Universitaires de France, 624p.
- Birnbaum, Pierre. 1973. "Le pouvoir local: de la decision au système". *Revue Française de Sociologie*, 14, 3, 336-351.
- Bleitrach, Danièle; Chenu, Alain. 1979. *L'usine et la vie. Luites régionales: Marseille et Fos*. Paris. Maspéro 218p.
- Bleitrach, Danièle, et al. 1981. *Classe ouvrière et social-démocratie: Lille et Marseille*. Paris, Editions Sociales, 331p.

Bobroff, Jacotte; Campagnac, Elizabeth; Veltz, Pierre. 1980. "Division du travail et modes de vie: à propos de quelques orientations nouvelles dans la recherche urbaine en France". *Anthropologie et Sociétés*, 4, 1, 3-20.

Bouffartigue, Paul; Godard, Francis; Pendaries, Jean-René. 1984. *Au fil de la lignée: familles de sidérurgistes en Provence*. Université de Nice, Laboratoire de Sociologie, 235p.

Burlen, Katherine, ed. 1987. *La banlieue oasis*. Henri Sellier et les cités-jardin. 1900-1940. Saint Denis, Presses Universitaires de Vincennes, 302 p.

Brunet, Jean Paul. 1980. *Saint-Denis, la ville rouge, 1890-1939*. Paris, Hachette, 462p.

Campagnac, Elizabeth; Tabary-Taveau, L. 1979. *Transformation des modes de vie et habitat ouvrier. Le développement de la maison individuelle dans l'espace péri-urbain de Dunkerque*. Paris, Centre de Recherches et de Recettes d'Urbanisme, 260p.

Capdevielle, Jacques. 1986. *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 384p.

Carassus, Jean. 1983. *Logement: prix et production. Éléments sur la formation du prix des logements neufs et la production du cadre bâti en France entre 1962 et 1982*. Paris, Université de Paris-Dauphine, 307p.

Castells, Manuel. 1968. "Y-a-t'il une sociologie urbaine?" *Sociologie du Travail*, 10, 1, janvier-mars, 72-90.

Castells, Manuel. 1972. *La question urbaine*. Paris, Maspéro, 451p.

Castells, Manuel. 1973. *Luttes urbaines et pouvoir politique*. Paris, Maspéro, 135p.

Castells, Manuel. 1983. *The city and the grass-roots*. London, Edward Arnold.

Castells, Manuel; Cherki, Eddy; Godard, Francis; Mehl, Dominique. 1978. *Crise du logement et mouvements sociaux urbains. Enquête sur la région parisienne*. Paris, La Haye, Mouton, 594p.

Castells, Manuel; Godard, Francis. 1974. *Monopolville. Analyse des rapports entre l'Etat et l'urbain à partir d'une enquête sur la croissance industrielle et urbaine industrielle de la région de Dunkerque*. Paris, La Haye, Mouton, 496p.

Castex, Jean; Depaule, Jean-Charles; Panerai, Philippe. 1977. *Formes urbaines: de l'îlot à la barre*. Paris, Dunod, 230p.

Centre d'Études et Recherches Marxistes. 1974. *Urbanisme monopoliste, urbanisme démocratique*. Paris, Les Cahiers du CERM, 376p.

Chamboredon, J. C.; Lemaire, M. 1970. "Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement". *Revue Française de Sociologie*, 11, 1, 3-33.

Cherki, Eddy; Mehl, Dominique. 1979. *Les nouveaux embarras de Paris*. Paris, Maspéro, 218p.

Choay, Françoise. 1985. *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*. Paris, Le Seuil.

Chombart de Lauwe, Paul Henry, et al. 1952. *Paris et l'agglomération parisienne*. v.1: L'espace social d'une grande cité; v.2: Méthodes de recherche pour l'étude d'une grande cité. Paris, Presses Universitaires de France, 262-109p.

Chombart de Lauwe, Paul Henry, et al. 1960. *Famille et habitation*. v.1: Sciences humaines et conception de l'habitation; v.2: Un essai d'observation expérimentale. Paris, CNRS, 220+364p.

Clerc, Paul. 1967. *Grands ensembles et banlieues nouvelles. Enquête démographique et psycho-sociologique*. Paris, Presses Universitaires de France, 472p.

Coing, Henri. 1966. *Renovation urbaine et changement social. L'îlot n° 4, Paris 13°*. Paris, Editions Ouvrières, 303p.

Coing, Henri. 1982. *La ville, marché de l'emploi*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 307p.

Combes, Danièle; Latapie, Etienne. 1974. *L'intervention des groupes financiers français dans l'immobilier*. Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 384p.

Combes, Danièle. 1978. *Industrie du bâtiment et immobilier. La production de logements des grandes entreprises et leur clientèle*. Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 238p.

Conan, Michel; Scheer, Leo, eds. 1977. *Esquisse d'une histoire de l'urbanisme: prendre la ville* (Actes du colloque de Saint-Etienne-en-Devoluy. Février 1976). Paris, Anthropos, 484p.

Cornuau, Claude, et al. 1965. *L'attraction de Paris sur sa banlieue, Étude sociologique*. Paris, Editions Ouvrières, 320p.

Cotterau, Alain. 1969. "L'apparition de l'urbanisme comme action collective: l'agglomération parisienne au début du siècle". *Sociologie du Travail*, 11, 4, octobre-décembre, 342-365.

Cotterau, Alain. 1970. "Les débuts de la planification urbaine dans l'agglomération parisienne". *Sociologie du Travail*, 18, 4, octobre-décembre, 362-392.

Cotterau, Alain. 1980. "Vie quotidienne et résistance ouvrière à Paris en 1870". Introduction à: Poulot, Denis. *Le sublime, ou le travailleur comme il est en 1870 et ce qu'il peut être*. Paris, Maspéro 7-102.

Cotterau, Alain. 1986. "The distinctiveness of working-class cultures in France, 1848-1900". In Katznelson, Ira; Zolberg, Aristede. *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*. Princeton, NJ, Princeton University Press, 111-154.

Dagnaud, Monique. 1978. *Le mythe de la qualité de la vie. Enquête sur l'idéologie urbaine de l'élite technocratique et politique*. Paris, La Haye, Mouton, 304p.

Dagnaud, Monique. 1983. "A history of planning in the Paris region. From growth to crisis". *International Journal of Urban and Regional Research*, 7, 2, 214-236.

DeCerteau, Michel. 1980. *L'invention du quotidien*. Paris, UGE.

DeMichellis, Marco; Teyssot, Georges. 1979. *Architecture et social-démocratie. Les conditions du projet social-démocrate sur l'espace urbain*. Paris, Institut d'Études et de Recherches Architecturales et Urbaines, 394p.

Donzelot, Jacques. 1977. *La police des familles*. Paris, Editions de Minuit, 221p.

Duclos, Denis. 1973. *Propriété foncière et processus d'urbanisation. Deux opérations de rénovation urbaine à Paris entre 1958 et 1971*. Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 222p.

Fourcaut, Annie. 1983. *Bobigny, banlieue rouge*. Paris, Editions Ouvrières. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 215p.

Fourcaut, Annie, ed. 1987. *Un siècle de banlieue parisienne*. Paris, L'Harmattan.

Fourquet, François; Muraud, Lion. 1977. *Les équipements du pouvoir*. Paris, Union Générale d'Édition.

Freyssenet, Michel. 1977. *La division capitaliste du travail*. Paris, Savelli, 226p.

Freyssenet, Michel. 1980. "D'une tentative à l'autre: fixer, puis libérer les ouvriers de métier. Le cas de Wenden. In: "La vie quotidienne en milieu urbain". *Annales de la Recherche Urbaine*, supplément, 25-45.

- Freyssenet, Michel. 1981. "Les processus d'internationalisation de la production: Renault, 1898-1980". *Revue de l'Economie Industrielle* 15, septembre.
- Gaillard, Jeanne. 1977. *Paris, la ville, 1852-1870*. Paris, Champion, 687 p.
- Ganne, Bernard. 1980. "De l'aménagement du territoire aux études de quartier, ou les avatars de la question urbaine". *Economie et Humanisme* 252, 3-12
- Garden, Maurice, Lequin, Yves, ed. *Habiter la ville, XV - XX siècles*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 315p.
- Gaudin, Jean-Pierre. 1979. *L'aménagement de la société. Politiques, savoirs et représentations sociales: la production de l'espace aux 19^e et 20^e siècles*. Paris, Anthropos, 421p.
- Gaudin, Jean-Pierre. 1985. *L'avenir en plan*. Paris, Champ Vallon.
- Girault, Jacques. 1977. *Sur l'implantation du Parti communiste français dans l'entre-deux-guerres*. Paris, Editions Sociales, 347p.
- Godard, Francis. 1975. "Classes sociales et modes de consommation". *La Pensée* 180, mars-avril. 140-163.
- Godard, Francis, Cuttarello, Paul. 1980. *Familles mobilisées. Accession à la propriété du logement et notion d'effort des ménages*. Nice. Laboratoire de Sociologie de l'Université de Nice, 282p.
- Godard, Francis, Pendarès, Jean-René. 1979. *Les modes de vie dans le discours de la représentation. Institutions locales et production politique des besoins*. Université de Nice. Laboratoire de Sociologie, 467p.
- Godard, Francis, et al. 1973. *La rénovation urbaine à Paris. Structure urbaine et logique de classe*. Paris, La Haye, Mouton, 148p.
- Granelle, Jean Jacques. 1970. *Espace urbain et prix du sol*. Paris, Sirey, 292p.
- Grémion, Pierre. 1976. *Le pouvoir périphérique. Bureaucrates et notables dans le système politique français*. Paris, Editions du Seuil.
- Guerrand, Henri. 1966. *Les origines du logement social en France*. Paris, Editions Ouvrières, 359p.
- Haumont, Nicole. 1966. *Les pavillonnaires. Etude psycho-sociologique d'un mode d'habitat*. Paris. Institut de Sociologie Urbaine, 248p.
- Haumont, Nicole, et al. 1971. *La copropriété*. Paris, Centre de Recherche d'Urbanisme, 210p.
- Huet, Armei; Kaufmann, Jean-Claude; Péron, René; Sauvage, André. 1977. *Urbanisation capitaliste et pouvoir local*. Paris, Jean-Pierre Delarge éditeur, 259p.
- Imbert, Maurice; Chombart de Lauwe, Paul Henri, eds. 1982. *La banlieue aujourd'hui (Actes du colloque de Montreuil, janvier 1981)*. Paris, L'Harmattan, 314p.

- Jacquemet, Gérard. 1984. *Belleville au XIX siècle*. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 452p.
- Joseph, Isaac; Fritsch, Philippe. 1977. "Disciplines à domicile. L'édification de la famille". *Recherches* 28, novembre, 347p.
- Kopp, Anatole. 1967. *Ville et révolution. Architecture et urbanisme soviétique des années vingt*. Paris, Anthropos, 280p.
- "La vie quotidienne en milieu urbain (Actes du colloque de Montpellier, 1978)". *Annales de la Recherche Urbaine*, supplément, 1978.
- Lafont, Jean; Leborgne, Danièle. 1977. *Immobilier et processus inflationniste*. Paris, CEPREMAP, 156p.
- Lamy, Bernard. 1971. *Les nouveaux ensembles d'habitation et leur environnement. Eléments de bibliographie analytique*. Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 233p.
- Lebas, Elizabeth. 1982. "Urban and regional sociology in advanced industrial societies: a decade of Marxist and critical perspectives". *Current Sociology* 30, 1. Spring. 271p.
- Ledrut, Raymond, ed. 1972. *L'analyse interdisciplinaire de la croissance urbaine (Colloque national du CNRS. Toulouse, 1971)*. Paris, CNRS, 387p.
- Lefebvre, Henri. 1967. *Position: contre les technocrates*. Paris, Editions Gonthier, 233p.
- Lefebvre, Henri. 1968. *Le droit à la ville*. Paris, Anthropos, 2v., 164+176p.
- Lescure, Michel. 1982. *Les banques, l'Etat et le marché immobilier en France à l'époque contemporaine, 1820 - 1940*. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 621p.
- Lipietz, Alain. 1974. *Le tribut foncier urbain. Circulation du capital et problème foncier dans la production du cadre bâti*. Paris, Maspero, 240p.
- Lojkine, Jean. 1972. *La politique urbaine dans la région parisienne, 1945 - 1972*. Paris, La Haye, Mouton, 281p.
- Lojkine, Jean. 1974. *La politique urbaine dans la région lyonnaise, 1945 - 1972*. Paris, La Haye, Mouton, 294p.
- Lojkine, Jean. 1977. *Le marxisme, l'Etat et la question urbaine*. Paris, Presses Universitaires de France, 362p.
- Lojkine, Jean; Delacroix, René; Mahieu, Christian. 1978. *Politique urbaine et pouvoir local dans l'agglomération illoise*. Paris, Centre d'Etude des Mouvements Sociaux, 405p.
- Lojkine, Jean. 1980. "Politique urbaine et pouvoir local". *Revue Française de Sociologie* 21, 4, 633 - 655.

Pinçon-Charlot, Monique; Rendu, Paul. 1982. "Distance spatiale, distance sociale aux équipements collectifs en Ile de France. Des conditions de la pratique aux pratiques". *Revue Française de Sociologie* 23, 667 - 696.

Pinçon-Charlot, Monique; Préteceille, Edmond; Rendu, Paul. 1986. *Segregation urbaine. Classes et équipements collectifs en région parisienne*. Paris, Anthropos. 291p.

Politiques urbaines et planification des villes (colloque de Dieppe, avril 1974). Paris, Copedith, 1974. 1064p.

"Pour un urbanisme..." La Nouvelle Critique 78bis, 1974.

Préteceille, Edmond. 1973. *La production des grands ensembles*. Paris, La Haye, Mouton, 170p.

Préteceille, Edmond. 1974. Jeux, modèles et simulations. *Critique des jeux urbains*. Paris, La Haye, Mouton, 208p.

Préteceille, Edmond. 1980. "Collective consumption, the state and the crisis of capitalist society": In: Harloe, Michel; Lebas, Elizabeth. *City, class and capital*. London, Arnold, 1-16.

Préteceille, Edmond; Terrail, Jean Pierre. 1985. *Capitalism, consumption and needs*. Oxford. Basil Blackwell, 220p.

Préteceille, Edmond. 1985. "Crise hégémonique et restructuration territoriale de l'Etat. La gauche et la décentralisation en France". *Revue Internationale de l'Action Communautaire* 13/53, printemps, 49-59.

Querrien, Anne. 1976. "L'enseignement, 1. L'école primaire". *Recherches* 23, juin, 248p.

Raymond, Marie-Geneviève. 1966. *La politique pavillonnaire*. Paris, Centre de Recherche d'Urbanisme, 362p.

Scott, Allen J. 1986. "Industrialization and urbanization: a geographical agenda". *Annals of the Association of American Geographers* 76, 1, 25-37.

Thoenig, Jean-Claude. 1973. *L'ère des technocrates*. Paris, Les Editions de l'Organisation.

Thoenig, Jean-Claude; Friedberg, Ehrard. 1970. *La création des directions départementales de l'Équipement. Phénomènes de corps et réforme administrative*. Paris, Groupe de Sociologie des Organisations.

Topalov, Christian. 1974. Les promoteurs immobiliers. Contribution à l'analyse de la production capitaliste du logement en France. Paris, La Haye, Mouton, 413p.

Topalov, Christian. 1979. *La urbanización capitalista. Algunos elementos para su analisis*. México. Edicol, 186 p.

Topalov, Christian. 1984. Le profit, la rente et la ville. *Elements de théorie*. Paris, Economica, 233 p.

Topalov, Christian. 1985. "Social policies from below: a call for comparative historical studies". *International Journal of Urban and Regional Research*. 9, 2, June. 254-271.

Magri, Susanna. 1972. *Politiques du logement et besoins en main-d'œuvre*. Paris, Centre de Sociologie Urbaine. 172p.

Magri, Susanna. 1977. *Logement et reproduction de l'exploitation. Les politiques étatiques du logement en France, 1947 - 1972*. Paris, Centre de Sociologie Urbaine, 312p.

Magri, Susanna. 1986. "Le mouvement des locataires à Paris et dans sa banlieue, 1919 - 1925". *Le Mouvement Social* 136, octobre-décembre, 51-72.

Magri, Susanna; Topalov, Christian. 1987. "De la cité-jardin à la ville rationalisée: un tournant du projet reformatrice (1905 - 1925). Etude comparative France, Grande Bretagne, Italie, Etats Unis. *Revue Française de Sociologie* 28, 3, juillet-septembre, 417-451.

Mayer, René. 1965. *Prix du sol et prix du temps. Essai de théorie sur la formation des prix fonciers*. Paris, Ministère de la Construction, 42p.

Merlin, Pierre. 1968. "Modèles d'urbanisation (analyse bibliographique)". *Cahiers de l'IAURP*. 11, mai. 72p.

Meurét, Bernard. 1982. *Le socialisme municipal: Villeurbanne. 1880 - 1982. Histoire d'une différenciation*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon.

Murard, Lion; Zylberman, Patrick. 1976. "Le petit travailleur infatigable ou le prolétaire régénéré. Villes usines. Habitat et intimités au XIX siècle". *Recherches* 25, novembre, 292p.

Murard, Lion; Zylberman, Patrick. 1977. "L'haleine des faubourgs. Ville, habitat et santé au XIX siècle". *Recherches* 29, décembre, 463p.

Noiriel, Gerard. 1986. *Les ouvriers dans la société française, XIX - XX siècles*. Paris, Le Seuil.

Pendarès, Jean René. 1982. "De l'indéductibilité des pratiques sociales". In: Godard, Francis; Cuturello, Paul. *Familles mobilisées*. Paris, Plan Construction.

Perrot, Michèle. 1974. *Les ouvriers en grève. France, 1871 - 1890*. Paris-La Haye, Mouton. 2 v.

Perrot, Michèle. 1981. "Les ouvriers, l'habitat et la ville au XIX siècle". In: *La question du logement et le mouvement ouvrier français*. Paris, Editions de la Vilette. 18-39.

Pettonnet, Colette. 1979. *On est tous dans le brouillard. Ethnologie des banlieues*. Paris, Galilée.

Pettonnet, Colette. 1982. *Espaces habités*. Paris, Galilée.

Pinçon, Michel. 1981. "Habitat et modes de vie: la cohabitation des groupes sociaux dans un ensemble HLM". *Revue Française de Sociologie* 22, 4, octobre-décembre.

Pinçon, Michel. 1987. *Desarros ouvriers. Familles de métallurgistes dans les mutations industrielles et sociales*. Paris, L'Harmattan. 183p.

Topalov, Christian, 1987. *Le logement en France, Histoire d'une marchandise impossible*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. 437 p.

Veltz, Pierre, 1977. *La politique urbaine a Dunkerque, 1970-1977*. Paris, BETURE.

Verret, Michel, 1979. *L'espace ouvrier*. Paris, Armand Colin, 232p.

Worms, Jean-Pierre, 1966. "Le préfet et ses notables". *Sociologie du travail* 3, 249-275.

ABSTRACT

This essay aims to provide a balance of critical and marxist urban research in France since the 1960s. Examining the relations between the theoretical, political, economic and social conjunctures, the author analyzes the conditions underlying the emergence and crisis of the "French school of urban sociology", tracing the evolution of its research objects and methodological approaches.